

REDES TRANSIMPERIAIS NO COMÉRCIO DO ATLÂNTICO SUL: O EXEMPLO DOS INGLESES LISBOETAS NO RIO DE JANEIRO DURANTE A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII¹

TRANSIMPERIAL NETWORKS IN SOUTH ATLANTIC TRADE: THE EXAMPLE OF THE LISBON ENGLISH IN RIO DE JANEIRO DURING THE SECOND HALF OF THE 18TH CENTURY

Fábio Pesavento

Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM – Porto Alegre)

Orcid: 0000-0003-0759-4799

Resumo: O advento da descoberta do ouro, em fins do século XVII transformou a economia colonial. O papel das redes de negócio neste processo foi decisivo. Analisar os agentes envolvidos nessas transações e suas principais agências foi o objetivo do artigo. Os resultados mostraram que as redes transimperiais eram operadas por importantes negociantes estrangeiros, estabelecidos em Lisboa e com forte presença na praça fluminense.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, redes de negócio, trans imperial.

Abstract: The advent of the discovery of gold, at the end of the 17th century, transformed the colonial economy. The role of networks in this process was decisive. Analyzing the agents involved in these transactions and their main agencies was the objective of the article. The results showed that the trans-imperial networks were operated by important foreign traders established in Lisbon with a strong presence in Rio de Janeiro.

Keywords: Rio de Janeiro, networks, trans-imperial.

¹ Primeira versão apresentada no Congresso da Associação Portuguesa de História Econômica e Social em novembro de 2009 e no Congresso da Brasa em julho de 2010.

Introdução

A descoberta de metais preciosos na atual região de Minas Gerais, em fins do XVII e início do XVIII, alterou a dinâmica econômica não apenas do Brasil, mas de diferentes porções portuguesas além-mar². Conforme avançava o processo de extração aurífera, ocorria um incremento no volume de transações mercantis, as quais não ficaram restritas aos limites geográficos do império ultramarino português³. Neste processo, o protagonismo das redes de negócio é conhecido na medida em que estavam presentes em boa parte do conjunto de ações econômicas desenvolvidas.⁴

A observação da prática de diferentes agências⁵ (administração de contratos régios, cobranças de empréstimos etc.) no espaço do Atlântico Sul revela uma característica importante, a crescente participação de homens de negócio estrangeiros no mercado local. No caso do Rio de Janeiro, em especial durante a segunda metade do setecentos, fica nítido o envolvimento daquele grupo (especialmente, ingleses) em diferentes transações. Essa característica revela um aspecto que tem ganhado espaço na historiografia, o papel que as redes transimperiais exerciam sobre a dinâmica econômica não apenas do Rio de Janeiro, mas também do ultramar.⁶

² João Luís Fragoço; *et alli*, (coord.), *Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

³ Sobre o império ultramarino português: Francisco Bethencourt; Diogo Ramada Curto (coord.), *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. Anthony R. Disney, *A history of Portugal and the Portuguese Empire*. New York: Cambridge University Press, 2009, Vol. 1. Charles R. Boxer, *O império ultramarino português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Luis Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴ Roberto Guedes, (coord.), *Dinâmica imperial no antigo regime português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. João Luís Fragoço; Maria de Fátima Gouveia, *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Georgia Tavares da Costa, *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012. Fábio Pesavento, *Um pouco antes da corte: economia do Rio de Janeiro durante a segunda metade dos setecentos*. Jundiaí: Paco, 2013.

⁵ Segundo De Plácido e Silva, *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p.44: “(...) vemos a agência de negócios significando a corretagem de negócios, ou a diligência de alguém aplicada para a realização de negócios ou operações de outrem, (...)”

⁶ Fabrício Prado, “Comércio trans-imperial e monarquismo no Rio da Prata revolucionário: Montevidéu e a Província Cisplatina (1808-1822)”, *Almanack*, n. 24, ed00819 (Guarulhos, 2020), pp.1-47. Fabrício Prado, “Trans-imperial networks in the crisis of the spanish monarchy: The Rio de Janeiro-Montevidéu Connection, 1778-1805”, *The Americas*, n.73, vol.2 (Sunny, April 2016), pp.211-236. Alana Thais Basso, “Mobilidades mercantis: trajetórias e estratégias dos homens de negócio fluminenses e sua participação no contrabando com a Colônia do Sacramento em meados do século XVIII”. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019. Jesus Bohorquez, “Rio de Janeiro and the silver mining economy o Potosi: trans-imperial, global, and contractual approaches to South Atlantic markets (18th century)”, *Almanack*, n.24, (Guarulhos, 2020), pp.1-53. Tomás André Pinto de Albuquerque, “Qual o papel das redes na construção da carreira de um grande homem de negócios e sua relevância para o funcionamento do Império?”. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2016.

O objetivo do presente artigo é o de mostrar alguns exemplos de redes de negócio, envolvendo agentes econômicos estrangeiros que atuavam na praça do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, apontar os principais negociantes, suas agências, produtos, valores e demais instituições envolvidas para a realização dos seus negócios. Com isso, podemos dimensionar o impacto das redes transimperiais na dinâmica econômica do Atlântico Sul.

O artigo foi dividido em três partes, além desta introdução, iniciando pela apresentação das principais características das redes transimperiais. Em seguida, mostram-se as fontes empregadas, exemplos daquelas redes, seus principais operadores e agências, finalizando com uma breve conclusão.

As redes de negócio transimperiais: características e peculiaridades

Nesta primeira parte do artigo, apresenta-se o que se entende por redes transimperiais. Parte-se da ideia de que a sociedade daquele tempo tinha uma exígua participação nas transações econômicas, pois se tratava de uma economia marcada por privilégios, com a existência de inúmeras barreiras à entrada, caracterizando um mercado “não competitivo”. Portanto, o que se presenciava, grosso modo, era uma “economia não concorrencial”, marcada por benefícios a setores ligados ao poder local ou metropolitano. Nesse sentido, as redes de negócios configuravam um elemento chave na realização e inserção dos agentes econômicos nos negócios do império ultramarino português.

O agente envolvido numa rede de negócio⁷ ampliava seu leque informacional, o que permitia uma maior inserção na economia.⁸ Porém, não bastava estar inserido numa rede social, uma vez que, mesmo já atuando numa rede mercantil, a credibilidade e a reputação eram de fundamental importância para a operacionalização e manutenção dos negócios. A confiança⁹ era um fator

⁷Algumas sugestões sobre o tema: John Arundel Barnes, “Graph theory and social network, a technical comment on connectedness and connectivity”, *Sociology*, n.03 (Oxford, 1969a), pp.215-232. Fredrik Barth, *Process and form in social life*. London: Routledge & Keagan Paul, 1981. Michel Bertrand, “De la familia a la red de sociabilidade”, *Revista Mexicana de Sociologia*, n.2, v.61 (México, abril-junio de 1999), pp.122-42. Elizabeth Bott, *Família e rede social. Papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. Ronald Burt, Bandwidth and Echo, trust, information, and gossip in social networks IN: A. Cassella & J. Rauch (eds.), *Networks and Markets, contributions from Economics and Sociology*. New York: Russel Sage Fundation, 2001. James S. Coleman, *Foundations of social theory*. Harvard: Harvard University Press, 1994.

⁸ Tiago Gil; Fábio Pesavento, “Por ser público e notório: notas sobre informação na economia da América Lusa (séculos XVIII e XIX)”, *Locus*, n.º 2, v. 20 (Juiz de Fora, 2014), pp. 13-33.

⁹ Tiago Gil, “Redes e camadas de relacionamentos na economia: metodologias para o estudo da confiança mercantil na América Portuguesa do Antigo Regime”, *Revista de Indias*, vol. LXXV, n.º 264 (Madrid, 2015), pp. 421-456.

importante no momento de estabelecer negócios, tendo em vista as distâncias e o tempo envolvidos em boa parte das transações entre diferentes impérios ultramarinos.

Durante o século dezoito, o comportamento da economia atlântica mostra indícios claros do crescente volume de mercadorias, crédito e informações que cruzavam diferentes impérios durante o século dezoito.¹⁰ Na análise da documentação primária coletada, esse movimento parece nítido. Em razão disso, faz-se necessária uma apresentação prévia das diferentes redes de negócio, a fim de obter uma sistematização das informações trabalhadas. Com base na amostra coletada, foram identificadas três dimensões básicas de interação de redes: transimperial, extraimperial e intrainperial.¹¹

A utilização de trans como um prefixo é gravado no dicionário Merriam-Webster como algo situado dentro e fora de uma região específica, através de um fluxo que passa para além de um ponto específico. Assim, a utilização das redes transatlânticas engloba agentes que estão localizados dentro e fora de um determinado império, embora conectados. No presente estudo, esse tipo de relação pode ser exemplificado pelos comerciantes situados em Lisboa, com os parceiros comerciais em Londres e no Rio de Janeiro. Nada mais transimperial do que um negociante estrangeiro, operando em Lisboa, com negócios em diferentes partes do império ultramarino português, como o Rio de Janeiro. As redes transimperiais podem ser “quebradas” em duas categorias de análise: redes extraimperial e intrainperial.

Extraimperial se refere à operação de aquisição de bens ou de informações fora do império a partir do qual o agente atua. Enquanto uma operação intrainperial redistribui bens e informações para outras regiões, todas dentro de um mesmo império. Assim, uma operação entre Londres e Lisboa seria a parte da rede extraimperial, enquanto a operação de reexportação dos produtos, de Lisboa para o Rio de Janeiro, seria a intrainperial. Essa estrutura, redes transimperiais, permitiu que mercadorias, informações e pessoas atravessassem os limites e distâncias geográficas imperiais.

A dimensão extraimperial é a sua primeira fase. Dessa forma, os agentes envolvidos na transação estão operando, geográfica e institucionalmente, fora dos limites do seu país de origem. Como resultado, esses agentes são responsáveis pela construção, simbólica e material, do

¹⁰ Fábio Pesavento, op. cit., 2013.

¹¹ Fábio Pesavento; Fabrício Prado, *Beyond the Portuguese Atlantic: Trans and Extra-Imperial Networks in Eighteenth-Century Lisbon, Rio de Janeiro, Rio de la Plata and Liverpool*. XV *The World Economic History Congress*, Utrecht, 2009. Fábio Pesavento, “*Um pouco antes da corte: economia do Rio de Janeiro durante a segunda metade dos setecentos.*” Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

estabelecimento de ligações e de operações que não ficam restritas à economia, o que lhes proporciona um caráter cultural e político.

Ambas as dimensões (extra e intra) não podem ser entendidas separadamente, são elementos constitutivos das grandes e poderosas redes de negócios que atravessam diferentes impérios. Os agentes transimperiais, nesse caso os estrangeiros operando em Lisboa, aparecem como o nó de ligação dessa rede. Importante ressaltar que as três dimensões das redes exploradas eram interdependentes e se articulavam marginalmente em função da troca de informação entre as diferentes redes.

As redes transimperiais são constituídas por articulações de agentes estrangeiros, as quais eram os importantes elos que instituíram as conexões que atravessavam um império além de seus limites geográficos. O papel dos agentes transimperiais e seus parceiros foi crucial na medida em que eles utilizavam recursos e agências localizados fora e dentro do império para obter benefícios e lucros. Portanto, o agente transimperial liga dois espaços geográficos e institucionais em dois diferentes impérios, ocupando uma posição chave de intermediação entre diferentes mercados. Essas redes, embora liderada por grandes negociantes, incluíam pessoas de diferentes grupos sociais, como burocratas, artesãos, caixeiros, marinheiros, militares e peões. Assim, a vantagem diferencial desses agentes residia no fato de realizarem conexões entre dois ou mais impérios, construindo importantes parcerias comerciais que envolviam recursos e agências dentro e fora de seus nichos institucionais.

Um dos instrumentos para a concretização dos negócios era o estabelecimento de uma operacionalização, o que passava pela prática de inúmeras agências. Desde a formalização de uma procuração, ou uma escritura de sociedade mercantil, até mesmo a escolha de seu parceiro comercial, tudo passava pela implementação de algum tipo de agência. Um instrumento recorrente e que reduzia o custo de transação durante o estabelecimento de agências era a procuração.¹²

Sabe-se que a presença de informação assimétrica e a racionalidade limitada restringiam as transações na medida em que abriam espaço para a presença do comportamento oportunista. Nesse sentido, a procuração busca padronizar a ação do outorgado, a fim de arrefecer o problema de agência entre as partes envolvidas numa transação. Assim, aquele instrumento jurídico “amarrava” ou pré-estabelecia as agências a serem realizadas no outro lado do Atlântico. Outro ponto importante era o estabelecimento de algum tipo de atividade entre um agente e um principal que, eventualmente não

¹² Leonor Costa; Maria Manuela Rocha, “Remessas do ouro brasileiro: organização mercantil e problemas de agência em meados do século XVIII”, *Análise Social*, vol. XLII, n° 182 (Lisboa, 2007), pp.77-98.

se conheciam, daí a importância de um instrumento jurídico reconhecido (uma instituição formal) a fim de reduzir as incertezas quanto ao cumprimento das agências por ambas as partes.

A respeito do problema de agência envolvido nas redes transimperiais, Leonor Costa e Manuela Rocha apontam que, no caso do comércio luso-brasileiro no século XVIII, “as relações principal-agente seguiam diferentes modelos alternativos que, sublinhe-se, não comportavam uma necessária subalternização do agente ao principal”.¹³

Ao analisar as operações envolvendo uma rede transimperial, percebe-se que elas correm sob ou fora do regime normativo imposto pela Coroa. Assim, as redes transimperiais podem ser divididas em formais e informais. Formais são aquelas que correm dentro do quadro legal imposto pela autoridade estabelecida. Geralmente, este tipo de transação ficava positivada numa procuração ou escritura pública, sendo registrada num tabelião. Aquelas que corriam à sombra da lei (contrabando) eram redes informais. Nesse sentido, as redes transimperiais não se limitavam às operações que passavam pelo centro metropolitano ou autoridades constituídas. As transações que atravessaram os limites formais eram comuns nos portos do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Colônia do Sacramento.¹⁴

Evidentemente que operações legais também ocorriam naquela região. É o caso de diversos homens de negócio lisboetas envolvidos com o tráfico de escravos em Buenos Aires. Por exemplo, Luis Cantofer, quando obtém licença da Coroa Espanhola para introduzir em Buenos Aires 1.000 escravos em embarcações portuguesas, em 13 de junho de 1782.¹⁵ O mesmo procedimento ocorreu em 12 de abril de 1799, com o doutor Antônio Lopes, comerciante de Lisboa, que introduziu 1.000 escravos em Buenos Aires, em embarcações “*neutrales*”.¹⁶

Os exemplos de redes transimperiais podem ser encontrados, principalmente, nas escrituras de dívida e procurações envolvendo negociantes estrangeiros radicados em Lisboa, na segunda metade do setecentos. Ingleses, hamburgueses, italianos, franceses e holandeses atuantes na Praça Lisboeta tinham contatos com inúmeros representantes no exterior, atuando fora da fronteira do império ultramarino português, além, é claro, de suas conexões com agentes fluminenses. O quadro 1 abaixo faz um resumo dos principais negociantes estrangeiros, encontrados em nossa amostra, atuantes em Lisboa e que estavam envolvidos com a economia do Rio de Janeiro no XVIII.

¹³ *Ibíd.*, p.78.

¹⁴ Fabrício Prado, op. cit., 2020. Fabrício Prado, op. cit., 2016. Alana Thais Basso, op. cit., 2019. Alice Piffer Canabrava, *O comércio português no Rio da Prata, 1580-1640*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

¹⁵ Real Academia de História de Madrid, tomo CX, p.228.

¹⁶ Real Academia de História de Madrid, tomo CXIX, p.254.

Quadro 1 – Origem dos negociantes estrangeiros de Lisboa atuantes no Rio de Janeiro:1750-1790

Origem	Número de negociantes
Franceses	65
Ingleses	65
Hamburgueses	58
Holandeses	19
Alemães	17
Italianos	17
Espanhóis	7

Fonte: Arquivo Nacional do Torre do Tombo (ANTT), Cartório do Distribuidor (CD). Elaboração própria.

Pelo quadro acima, a participação de ingleses, franceses e hamburgueses se destaca na economia carioca. Deve-se ressaltar que se está considerando aqueles agentes cujo documento faz referência à sua nacionalidade. A fim de aprofundar essa temática, na seção seguinte, identificou-se quais os ingleses que estavam presentes em Lisboa na segunda metade do setecentos e que atuavam na economia carioca.

Os ingleses de lá mas cá: negociantes britânicos nas tramas cariocas

Nesta parte do artigo, pretende-se estudar os negociantes britânicos atuantes em Lisboa e que tenham ligações com a economia carioca na segunda metade do setecentos.¹⁷

A principal base documental empregada para a identificação e construção das redes transimperiais foi a amostra de 12.491 escrituras e procurações levantadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). A estas são somadas as escrituras de sociedade mercantil e de dívida depositadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN). Por fim, empregou-se documentação de

¹⁷ Sobre o comércio entre Inglaterra, Brasil e Portugal ver: Charles Ralph Boxer, "Brazilian gold and British traders in the first half of the eighteenth century", *Hispanic American Historical Review*, v. 49, n°3 (Durham, 1969), pp.454-472. Harold Edward Stephen Fisher, *De Methuen a Pombal: o comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1984. Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. Carlos Gabriel Guimarães, Os ingleses no Rio de Janeiro da primeira metade do século XVIII: o caso da família Gulston, c.1710-c.1720 primeiras impressões. In: Carlos K. Mathias; Carlos Gabriel Guimarães; Antonio Carlos Jucá de Sampaio; Alexandre Ribeiro (coord.), *Ramificações ultramarinas: sociedades comerciais no âmbito do atlântico luso: século XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, pp. 93-114.

diferentes arquivos entre os quais citamos: o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Merseyside Maritime Museum (Liverpool)* e a Real Academia de História de Madrid (RAH).

Infelizmente, não houve tempo suficiente para um levantamento completo das procurações lisboetas envolvendo o Rio de Janeiro, durante o período 1750-90, especialmente aquelas depositadas no ANTT. O número das procurações e escrituras depositadas em Lisboa explica por si só. Apenas para o ano de 1750, existem mais de 3.479 escrituras inventariadas no fundo Cartório do Distribuidor. Em 1751 são 3.136, sem contar os documentos danificados, que elevariam para um número próximo de 3.500 escrituras. As procurações seguem a mesma trajetória numérica. Relativas ao ano de 1756, existem 1.992 procurações em Lisboa, das quais 116 envolvem a economia carioca, ou seja, 6%. Já no ano seguinte foram registradas 2.272 procurações, sendo 157 para a praça carioca, algo em torno de 7%.

A amostra das procurações coletadas no ANTT tomou a seguinte forma. De 1750 a 1755 não se teve acesso à totalidade das procurações devido à falta de informação sobre o local para onde estava sendo dada a procuração. Já de 1756 a 1773, acredita-se que foi coberta boa parte das procurações que envolviam a economia fluminense, uma vez que cada procuração estava catalogada no fundo Cartório do Distribuidor e apresentava uma pequena descrição dos seus objetivos e o local. No período posterior (até 1790), realizou-se uma amostra com os tabeliões que geralmente apresentavam maior volume de procurações para o Brasil.

Da amostra de mais de 12.491 escrituras e procurações levantadas no ANTT, 271 procurações e escritos de dívida envolviam a praça carioca, com relação a alguma cobrança. A soma das cobranças de créditos, letras e atrasados comerciais que estavam relacionados com a economia fluminense atinge o valor de 231 contos de réis entre 1757-76.¹⁸

Para onde se endereçavam as procurações feitas nos tabeliões do termo da cidade de Lisboa? Com base nos anos de 1756 e 1757, afora o trabalho empírico de observar mais de 5.000 procurações e escrituras por semana, pôde-se auferir que a maioria das procurações era destinada para Lisboa, ou dentro dos limites de Portugal (incluindo as Ilhas), envolvendo as mais diferentes situações (casamentos, cobranças, tenças etc.). Já dentre aquelas endereçadas para o Brasil, 80% iam para o Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia, sendo bem dividido entre os três primeiros. Infelizmente, poucas são as procurações/escritos de dívida/sociedades que revelam os valores das cobranças de dívidas ou outras obrigações. Mesmo assim, o volume da amostra coletada mostra que

¹⁸ Fábio Pesavento, Até que a confiança nos separe: as redes trans imperiais e o mercado de crédito do Rio de Janeiro durante a segunda metade do XVIII. IN: Carlos Gabriel Guimarães; Luiz Fernando Saraiva (coord.), *Crédito e descrédito: relações sociais de empréstimos na América, séculos XVIII ao XX*, Niterói: EduFF, 2018.

os valores envolvidos passam dos 400 contos de réis. Com isso, foi impossível analisar a totalidade de agentes e de redes mercantis existentes, razão pela qual o exame se deteve àqueles que aparecem com maior frequência nas procurações.

A fim de aprofundar as principais características, agências e demais peculiaridades que envolviam os agentes e seus negócios, trabalhou-se com a trajetória de alguns ingleses (ou britânicos) que aparecem com maior frequência na documentação. Sabe-se que grandes cabedais eram transacionados ou passavam por grandes casas de negócios estrangeiras em Lisboa. No presente estudo, foram selecionadas, ante sua presença na economia carioca entre 1750-90, as seguintes casas de negócio britânicas em Lisboa: *Purry, Mellish & Devisme*;¹⁹ *Mayne, Burn & Maynes* e *Elias Perochon & Cia*. Cabe ressaltar que as casas de negócio estrangeiras em Lisboa tinham diversos negócios e parceiros em outras partes do Brasil (principalmente, na Bahia e Pernambuco)²⁰.

Antes de apontar as peculiaridades, é importante mostrar como se iniciava uma casa de negócio estrangeira em Lisboa. Um exemplo é fornecido pela sociedade entre dois homens de negócios britânicos *Thomas Parr* e *João Bulkeley*. Em escritura de sociedade de setembro de 1761, os sócios montam uma casa de negócio em Lisboa, por sete anos, com a finalidade de comprar e vender fazendas secas²¹. Thomas tivera outra casa de negócio (de longa duração) com João Ayres, também em Lisboa. Como João morreu, Thomas montou uma nova sociedade com o *Bulkeley*. *Parr* não aparece realizando agências na praça carioca, porém, seu sócio *Bulkeley* enviou quatro procurações para o Rio de Janeiro e Minas Gerais entre 1767 e 68. Assim, a escritura de sociedade mercantil marcava o início de uma relação comercial de maneira formal.

Uma agência interessante entre os negociantes estrangeiros atuantes em Lisboa, quando iam para fora do Reino, era a de deixarem seus negócios com representantes/sócios em Lisboa, caso alguma tragédia ocorresse durante o seu retorno à Inglaterra. Foi o caso *João Crawford*, homem de negócio inglês, que, de partida para a Inglaterra em 1780, deixou como procurador *Roberto Parley & Cia* (também homem de negócio da Grã-Bretanha).²² Roberto ficou responsável, no caso de morte de João durante a viagem para Londres, por cuidar de seus negócios em Lisboa. Portanto, além de estabelecer um canal de negócios, existia a confiança em deixá-los sob jurisdição legal de um negociante local (neste caso, de mesma nacionalidade) caso a morte lhe batesse à porta. Esta agência

¹⁹ Ver: Thiago Alves Dias, “O negócio do pau-brasil, a sociedade mercantil Purry, Mellish and Devisme e o mercado global de corantes: escalas mercantis, instituições e agentes ultramarinos no século XVIII”, *Revista de História*, nº177 (São Paulo, 2018), pp.1-39.

²⁰ Confira Fábio Pesavento, *op. cit.*, 2009. Fábio Pesavento, *op. cit.*, 2013.

²¹ ANTT, 2º Cartório antigo de Lisboa, caixa 5, livro 28.

²² ANTT, 5º Cartório A, livro 56.

também era praticada por diversos agentes (homens de negócios ou não) que atuavam em Lisboa. Foi o caso de Martinho de Melo e Castro em maio de 1762. Na oportunidade, Martinho de Melo e Castro era “Ministro na Corte de Londres” e deixou procuração para o Doutor José Pereira e Brito, que responderia a qualquer demanda em Lisboa quando de sua ausência.

A maioria das agências realizadas pelos procuradores dos estrangeiros de Lisboa, no Rio de Janeiro, era relacionada à cobrança de dívidas²³ ou mercadorias enviadas (predominantemente fazendas secas) e não pagas. Um aspecto que se destaca na documentação é o fato de que muitos homens de negócio ingleses, como por exemplo *Auriol Dodd*, *Elias Perochon* e *Ambrozio Goddard*, aparecem como homens de negócio ingleses (ou britânicos) na década de 1750-60 e, posteriormente, como homens de negócio lisboetas já na década de 1770.

Casas de negócio ou homens de negócio britânicos em Lisboa, envolvidos com a economia do Rio entre 1750-90, através dos negociantes cariocas ou lisboetas, somam mais de 50. Novamente, alerta-se que apenas foram considerados aqueles agentes cujo documento faz referência à nacionalidade. Tome-se o exemplo: “João Crawford homem de negócio inglês morador em Lisboa e de partida para Inglaterra”.²⁴ Considerado os sobrenomes ingleses, porém sem o qualificativo da nacionalidade, este número elevar-se-ia. No entanto, os 50 casos já demonstram um significativo número de negociantes ingleses envolvidos com a economia carioca. Porém, mais do que a quantidade, os valores envolvidos demonstram a forte presença dos ingleses nos negócios com o império português e o Rio de Janeiro. Apenas para exemplificar, *Elias Perochon* somava mais de 43 contos de réis em dívidas ativas com negociantes cariocas.

Dentre os diversos negócios que os ingleses operavam em Lisboa, percebeu-se que os empréstimos aparecem com regularidade nas redes transimperiais. Um exemplo é dado em novembro de 1761, quando foi registrado um escrito de dívida de 55 contos de réis, no qual Antônio de Abreu Guimarães (morador no Rio de Janeiro e capitão de navios) aparece como devedor para a casa de negócios britânica *Purry, Mellish & Devisme*.²⁵ Esta casa de negócios era responsável por inúmeros empréstimos a outros importantes negociantes cariocas e brasileiros. Na verdade, David Purry era suíço, mas ao se estabelecer em Lisboa, naturalizou-se inglês. Era considerado o banqueiro da corte

²³ Sobre o mercado de crédito no Rio de Janeiro ver: Carlos Gabriel Guimarães; Luiz Fernando Saraiva (coord.), *Crédito e descrédito: relações sociais de empréstimos na América, séculos XVIII ao XX*. Niterói: Eduff, 2018. Fábio Pesavento, *op. cit.*, 2018. Antônio Carlos Jucá de Sampaio, *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 – c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

²⁴ ANTT, 5º Cartório A, livro 56.

²⁵ Um pouco sobre a trajetória destes negociantes pode ser encontrada em Agostinho Rui Marques Araújo, “Das riquezas do Brasil aos gastos e gostos de um suíço em Lisboa: David de Purry, um amigo de Pombal (1709-1786)”, *Revista da Faculdade de Letras*, I série, v.2 (Lisboa, 2003), pp.109-137.

portuguesa, alcançando 475.000 cruzados de patrimônio em 1776. Junto com Gerard Devisme, os dois britânicos atuavam na compra e exportação de diamantes em bruto e de madeiras exóticas brasileiras além de outros negócios mundo afora. Os próprios arrendaram o contrato do pau-brasil em 1766. Além de suas “larguíssimas possibilidades financeiras” a casa tinha inúmeros correspondentes no estrangeiro.²⁶

Outro devedor dessa casa é Bernardo Gomes da Costa²⁷, grande negociante lisboeta e arrematador de inúmeros contratos no Rio de Janeiro, como o do dízimo real em 1770. Em novembro de 1761, devia mais de três contos de réis, os quais seriam pagos na próxima frota vinda do Rio de Janeiro. Portanto, os negócios dos ingleses não estavam limitados ao fluxo de bens, pois operavam também com expressões monetárias sob a forma de empréstimos para financiar outras atividades/agentes. Além daqueles negócios, os contratos régios também faziam parte de seus investimentos.²⁸

Outras duas casas inglesas atuantes em Lisboa eram *Mayne, Burn & Maynes* e *Elias Perochon & Cia*. Ambas se destacam na cobrança de dívidas a negociantes que atuavam na Praça do Rio de Janeiro. Infelizmente, não se conseguiu reunir informações sobre a origem e desenvolvimento destas casas britânicas. Mesmo assim, com base na documentação encontrada, pode-se tentar auferir a sua participação na economia fluminense. Um exemplo é a cobrança que faz *Mayne* a João do Couto Pereira (homem de negócio do Rio de Janeiro), em 1758, por uma dívida de fazendas secas que ainda não havia sido paga. Nessa oportunidade, os procuradores de *Mayne, Burn & Maynes* eram o familiar do Santo Ofício Manoel Luis Vieira,²⁹ Manoel Rodrigues Abrantes e Antônio José Diniz. João do Couto Pereira parece ter quitado a dívida, pois seu irmão José vai ser procurador dos ingleses no Rio em 1761.

As casas de negócio sofriam alterações em seus quadros com alguma regularidade. Foi o caso dos sócios da *Mayne, Burn & Maynes*. Duarte Burn sai da sociedade por volta de dezembro de 1764, pois nesse mesmo ano passa uma procuração para Pedro Telmo Lima e outros para, no Rio de Janeiro, realizar diversas agências e cobranças “do que até 30 de junho desse ano se devia a casa da

²⁶ Agostinho Rui Marques Araújo, *Ibidem*.

²⁷ Sobre Bernardo Gomes da Costa confira Fábio Pesavento; Carlos Guimarães, “Contratos e contratadores do Atlântico Sul na segunda metade do setecentos”, *História, Histórias*, vol.1, n.1 (Brasília, 2013), pp.72-87.

²⁸ Fábio Pesavento, *op. cit.*, 2009.

²⁹ Sobre Manoel Luis Vieira confira Dauril Alden, “Manoel Luis Vieira: An entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth century agricultural Renaissance”, *The Hispanic American Historical Review*, n.4 (Durham, nov.1954), pp.521-37.

sua sociedade que se chamou *Mayne, Burn e Maynes*³⁰. Depois de 1764, a sociedade passou a se chamar *Mayne & Cia*.

Bernardo Gomes Costa, novamente, aparece como devedor da *Mayne, Burn & Maynes*, no valor de 923\$495 réis, por conta de uma dívida atrasada. A amostra revelou que essa casa de negócios tinha mais de 14 contos de réis em dívidas ativas com negociantes fluminenses. Geralmente, eram cobradas dívidas atrasadas em torno de três ou quatro anos, pela compra de fazendas secas, empréstimos ou letras de risco vencidas.

As escrituras catalogadas em Lisboa mostram que a *Mayne, Burn & Maynes* tinha outros negócios, como fretamentos e compra e venda de embarcações. Por exemplo, em maio de 1751, a firma compra um navio de *Hugh Wright*,³¹ em seguida, em novembro do mesmo ano, o revende para Antônio Ribeiro Neves, José Francisco da Cruz e seu sogro Rafael de Oliveira Braga, em novembro do mesmo ano.³² Lamentavelmente, não se localizaram os valores das transações, mas sabe-se que Antônio Ribeiro Neves & Cia fizeram uma escritura de obrigação em Lisboa, em dezembro de 1750, com Joaquim José Simões.³³

Interessante perceber os desdobramentos dos negócios e suas articulações entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Por exemplo, Rafael de Oliveira Braga comprou em sociedade com Antonio Ribeiro Neves, em novembro de 1751,³⁴ uma embarcação de *Mayne, Burn & Maynes* em Lisboa. No entanto, Rafael também tinha negócios no Rio, uma vez que, em junho de 1763, seu primo Manoel Ferreira Braga (mercador de retrozes e depois homem de negócio em Lisboa) mandou para o Rio o (como procurador), Antônio de Araújo Alves & Cia, para cobrar e haver tudo o que pertencer a Rafael, no Rio de Janeiro.³⁵

Este exemplo mostra que os negócios de uma rede transimperial podem acarretar inúmeros desdobramentos. Esses são exemplos da dinâmica e das diferentes formas que os negócios tomavam no Atlântico durante o século XVIII. Outro exemplo de venda de embarcação realizado por *Mayne* foi a de um bergantim francês, adquirido por Raimundo Pinto de Carvalho, pela quantia de 311\$000 réis, em outubro de 1761.³⁶

³⁰ ANTT, CD, notário Ignacio Mathias de Melo.

³¹ ANTT, CD, notário Manoel Dias do Nascimento.

³² ANTT, CD, notário Antônio da Silva Freire.

³³ ANTT, CD, notário Teodozio José de Castro.

³⁴ ANTT, CD, notário Antônio da Silva Freire.

³⁵ ANTT, 2º Cartório, livro 562, caixa 119.

³⁶ ANTT, CD, notário Roberto Soares da Silva.

Mayne não estava limitado ao circuito Inglaterra-Lisboa-Rio de Janeiro. Ele estava envolvido com o importante comerciante inglês *William Davenport* nas operações com o tráfico de escravos na América Central. Segundo consta na documentação inglesa depositada no *Merseyside Maritime Museum*,³⁷ *Mayne* aparece como sócio de *Davenport* no tráfico de escravos, assim como cobrava, em Lisboa, os devedores do negociante inglês.

O funcionamento do tráfico em que *Davenport* atuava foi descrito num documento pertencente ao mesmo fundo datado de 7/02/1761. Nele aparecem as instruções para o capitão do navio *Tyrrell* pegar “16 casks of holland brandy, 1976 galons, 400 gallons of French or Spanish brandy, 940 galons of run with a few necessaries galons of vinegar go to Old Calibar, North Champell (...) and you to purchases as many slaves as you can carry!”³⁸ Depois, a embarcação deveria seguir para Guadalupe e entrar em contato com o senhor Gio Homem.

No fim deste documento, assinam John Mayne, James Gildart, William Davenport, C. Davenport, W. Gardinar, W. Heys e W. Sandford. Importante destacar, portanto, que esta rede acabava por conectar diferentes impérios (próprio de uma rede transimperial), pois interligava importantes praças mercantis (Liverpool, Lisboa, África e Américas espanhola e portuguesa) através do tráfico de escravos, crédito e mercadorias, afora as outras transações de compra e venda.

As relações transimperiais e a ligação de *Mayne* com a praça carioca pode ser verificada analisando os devedores da *Mayne* no Rio. Entre eles se destacam:

1. Miguel Fernandes Guimarães e seu irmão Bento Fernandes Guimarães, os quais deviam a quantia de 4:584\$635 réis em 1764, por conta de dívida feita em 1760. Ambos eram assistentes no Rio e procuradores de outras casas britânicas em Lisboa, como a *Matheus Carret & Cia* e *Auriol, Dodd & Bonifaz*.
2. José Francisco Viana & Cia deviam 3:762\$850 réis em 1764, por conta de dívidas realizadas em 1760 e 1761. José aparece como morador no Rio em 1763, mas antes representou Constantino Gonçalves Reis (Homem de Negócio de Lisboa) na mesma cidade, em 1759.
3. Bernardo José Alvares e Manoel Afonso Chaves deviam 4:919\$580 réis em 1764, por conta de dívida contraída em 1760. Eram assistentes no Rio em 1763 e, em 1766, aparecem como homens de negócio no Rio. Bernardo e Manoel vão representar (no

³⁷ *Merseyside Maritime Museum, archives of William Davenport: 1725-97, p.6 verso.*

³⁸ *Merseyside Maritime Museum, archives of William Davenport: 1725-97, p.75.*

Rio) homens de negócio de Lisboa, como Manoel Antônio de Faria Ayrão e Alexandre Antônio Bom.

Elias Perochon & Cia era outra casa britânica em Lisboa que se destacava no volume de transações com negociantes no Brasil. Além de compra e venda de embarcações, faziam fretamentos de navios para diversas partes dentro e fora do império português. Suas cobranças somam mais de 43 contos de réis no Rio de Janeiro e entre seus devedores figuram grandes homens de negócio tais como Domingos Lopes Loureiro, Cosme Damião, José Gonçalves Pena, Antônio Luis Peixoto e Domingos Mendes de Souza. José Gonçalves Ferreira, sozinho, devia mais de nove contos de réis, em fevereiro de 1756.³⁹

Um aspecto importante é a diversificação dos negócios dessas casas estrangeiras atuantes em Lisboa. Suas redes de negócios não se limitavam às transações entre o país de origem e o império ultramarino português. Um exemplo é dado em 1757, quando *Elias Perochon & Cia* cobraram dívidas de negociantes atuantes em Madrid e Buenos Aires,⁴⁰ por mercadorias não pagas.

Um ponto fundamental para a operacionalização de uma rede mercantil são seus articuladores, dentro e fora do império ultramarino português. Um primeiro exemplo é dado pela atuação de José Mendes de Oliveira, morador no Rio de Janeiro, como procurador de inúmeras casas inglesas lisboetas naquela cidade. Em 1760, José Mendes de Oliveira deveria cobrar dívidas e realizar diversas agências para atender aos negócios dos ingleses no Brasil. O mesmo procurador vai representar *Gerard Devisme*, no Rio de Janeiro, em 1774, “a fim de cobrar e haver dívidas, créditos, dinheiros, bens...” além de fazer uma execução de uma carta executória contra Antônio José de Oliveira Porto e seu sócio.

A partir do exemplo de José Mendes de Oliveira, percebe-se uma característica comum de outros procuradores de estrangeiros no Rio de Janeiro, qual seja, a ascensão social. José aparece como morador do Rio de Janeiro em 1760, ao passo que em 1771, já é homem de negócio lisboeta e, em 1774, o documento o aponta como homem de negócio do Rio de Janeiro. Essa ascensão social pode ser explicada uma vez que José representa importantes homens de negócio estrangeiros atuantes em Lisboa e no Rio de Janeiro, tais como os alemães *Pedro Lang* e *Pedro Jacob Hazenclever*, o inglês *Daniel Hoissard*, os hamburgueses *Ludero Ilhius & Cia*, além dos lisboetas *José Despie* (filho de *Luis Despie*, homem de negócio francês radicado em Lisboa) e Manoel Antônio Pereira (ambos cavaleiros da Ordem de Cristo).

³⁹ ANTT, CD, notário Teotônio Ribeiro de Melo.

⁴⁰ ANTT, 9º A Cartório antigo, livro 550, caixa 92.

A amostra revela que entre 1756 a 1774, José Mendes de Oliveira recebeu mais de 17 procurações, sendo 16 (94%) de homens de negócios. Isto parece indicar um grau de confiança, já que a sua reputação provavelmente era boa, pois realizava bons préstimos nas suas idas ao Rio. Daí vem outra importante característica dos procuradores de estrangeiros atuantes na região fluminense: a confiança e o zelo no cumprimento das agências incumbidas. A mostra revela que o bom préstimo nas agências garantia o prosseguimento da relação entre outorgante e outorgado na realização de futuros negócios ou agências. Geralmente, o agente era afastado da rede que atuava quando descumpria ou exercia um má administração, quebrando a confiança entre as partes. Foi o caso de Manoel Luis Vieira, que sofreu um processo devido à má gestão do contrato dos subsídios das aguardentes e do azeite doce em 1764.⁴¹

Interessante perceber que Manoel aparece em mais de 25 procurações entre 1758 a 1764. Justamente no ano do processo de má administração do contrato régio, 1764, Manoel deixa de figurar como outorgado nas procurações. Voltaria a aparecer em procurações apenas em 1769, quando da resolução de seu processo.

Outro agente que representava ingleses no Rio de Janeiro com frequência foi Francisco Ferreira Guimarães & Cia (assistentes com casa de negócio). Ele foi o procurador de *Elias Perochon* na mesma cidade, o responsável por cobrar e haver a seu poder tudo o que pertencia ao inglês, de qualidade e quantidade, sejam dívidas, carregações, efeitos e demais agências. Interessante notar que Francisco vai ser procurador de outras casas britânicas (como a *Pedro Lucas & Cia*) e de diversos homens de negócio de Lisboa (incluindo contratadores), aparecendo em mais de 16 procurações entre 1756 e 1769.

A ascensão de Francisco é nítida, pois em 1756 é assistente no Rio, em 1761 aparece com uma casa de negócio na praça carioca e, em 1763, como homem de negócio do Rio de Janeiro. Ele também esteve envolvido com o comércio na África, através dos negociantes lisboetas Domingos Dias da Silva (Ordem de Cristo) e José Alvares Bandeira, ambos contratadores do contrato de saída dos escravos de Angola.⁴²

Quando se analisa a trajetória de Francisco, percebe-se diversos aspectos reveladores de sua ascensão social naquela economia, o que auxilia no presente estudo. A primeira procuração de Francisco, representando *Elias* no Rio de Janeiro, foi passada em fevereiro de 1756. Naquela

⁴¹ AHU, Projeto Resgate, avulsos Rio de Janeiro, caixa 72, doc.6598.

⁴² Fábio Pesavento, *op. cit.*, 2013.

oportunidade, Francisco deveria “cobrarem e haverem a seu poder todas as suas dívidas de dinheiro, efeitos, fazendas e tudo o mais que seu for”⁴³.

Logo em seguida, em julho de 1756, Francisco comprou uma casa térrea, na rua do Carneiro, por 1:650\$000 réis, vendida pelo familiar do Santo Ofício e importante homem de negócio do Rio de Janeiro, Domingos Rebelo Pereira.⁴⁴ Em lista de 1758,⁴⁵ Francisco aparece como comerciante e traficante de escravos novos que fizeram petição em 11 de fevereiro de 1758. No mês seguinte, Francisco representou novamente *Elias Perochon & Cia* no Rio de Janeiro, para “cobrar e haver a seu poder tudo o que lhe pertencer de qualidade e quantidade dividas, carregações, efeitos, ...”⁴⁶

Entre 1761 e 1764, Francisco aparece como credor de dois empréstimos no Rio de Janeiro e, em novembro de 1761, representa Francisco Peres de Souza, grande contratador lisboeta.⁴⁷ Em 1772 empresta 4,5 contos e compra de uma sumaca. Francisco representa importantes homens de negócio e realiza diversas operações no Rio de Janeiro. Esses dados revelam a ascensão e o crescimento dos negócios de Francisco naquela economia, demonstrando que os procuradores dos estrangeiros no Rio ampliavam sua inserção. Importante lembrar que Francisco Ferreira Simões & Cia também devia a outros negociantes estabelecidos em Lisboa. Entre eles, *Darrot Irmãos & Cia* (franceses), *Alberto Borchers & Cia* (Ingleses) e Geraldo Pereira Bessa, que era credor de Francisco de 800\$000 réis, em 1766.

Ao contrário da *Purry, Mellish & Devisme*, a *Mayne, Burn & Maynes* tinha diversos procuradores no Rio, mas Antônio Ribeiro de Avelar (assistente e depois homem de negócio) e Antônio dos Santos (assistente no Rio) estão sempre entre seus principais representantes. Estes também eram representantes de Domingos de Freitas Guimarães (homem de negócio lisboeta) e Henrique Casamayor (inglês com casa de negócio em Lisboa) no Rio de Janeiro.

Um desdobramento interessante é o fato dos procuradores dos estrangeiros cederem créditos a negociantes/agentes da praça carioca. Foi o caso⁴⁸ de Antônio Ribeiro de Avelar, José do Couto Pereira, Antônio dos Santos, Francisco Ferreira Guimarães, Agostinho de Faria Monteiro, Domingos Rebelo Pereira, Manoel Barboza dos Santos e Antônio Gonçalves de Oliveira. Estes, por sua vez, concediam empréstimos no Rio de Janeiro para outros agentes, o que parece caracterizar uma rede

⁴³ ANTT, 3º Cartório antigo, livro 1, caixa 1.

⁴⁴ AN, 1º Ofício de Notas, livro 127.

⁴⁵ Manolo Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁴⁶ ANTT, 9º A Cartório antigo, livro 559, caixa 93.

⁴⁷ ANTT, 8º A Cartório, livro 22, caixa 4.

⁴⁸ Segundo consta na amostra de escrituras de dívida e obrigação (ou dinheiro a juros) levantadas no Arquivo Nacional, confira Fábio Pesavento, *op. cit.*, 2009, Fábio Pesavento, *op. cit.*, 2013.

transimperial de endividamento-financiamento. Capitais vindos de negociantes estrangeiros em Lisboa engendraram uma cadeia de endividamento, na medida em que além dos empréstimos diretos a negociantes cariocas, seus procuradores também emprestavam. Além disto, parece que ocorria um financiamento, não só a partir dos homens de negócios portugueses atuantes em Lisboa, mas também de outras nações.

Em resumo, o argumento trazido aqui afirma que as redes de negócio transimperiais eram vetores importantes para o entendimento da dinâmica econômica da região do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos. Os exemplos colhidos nesta seção sugerem isso na medida em que a participação do capital de negociantes estrangeiros lisboetas na economia fluminense atingiu um fluxo regular e consistente ao longo do período estudado. Para além disso, o seu funcionamento revela o papel que a confiança exercia na condução dos negócios.

Conclusão

Diante desses resultados, pode-se auferir algumas conclusões sobre o envolvimento dos negociantes “estrangeiros” na economia fluminense. Primeiramente, percebe-se que os estrangeiros utilizavam quase sempre os mesmos procuradores no Rio de Janeiro. Com exceção de quando a composição da companhia se alterava, ou os procuradores não contavam com a confiança devida, principalmente, no caso de má conduta nos negócios. De uma maneira geral, os representantes dos estrangeiros no Rio de Janeiro ascendiam socialmente, isto é, passavam de assistentes para homens de negócio (o que fica mais claro quando da análise individual de alguns negociantes).

Os dados sugerem confirmar a ideia de Jorge Pedreira⁴⁹ de que poucos portugueses atuavam no comércio internacional. Estavam mais ligados aos trâmites dentro do império, deixando aos estrangeiros a preeminência no comércio internacional em Lisboa. A presença de estrangeiros no Rio (via crédito ou negócios envolvendo fazendas secas) chama a atenção para o vulto que ganha a economia fluminense na segunda metade do setecentos, mostrando que as relações não estavam limitadas ao império ultramarino português.

O principal argumento que se pretendeu passar é que as transações econômicas envolvendo a praça carioca não se limitavam ao império ultramarino, uma vez que negociantes estrangeiros, atuantes em Lisboa, transacionavam com homens de negócio do Rio de Janeiro. Isso se dava não só

⁴⁹ Jorge Pedreira, “Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)”, *Análise Social*, vol. xxxi (Lisboa, 1996), pp.355-379.

por meio da reexportação de produtos brasileiros, mas também da concessão de crédito e do comércio de fazendas secas.

Por fim, os resultados mostram o papel ativo de agentes ingleses atuantes em Lisboa e revela que as transações não se restringiam aos limites institucionais de um império. O fator determinante era a pujança da fronteira entre os impérios, o que parece ter sido de fundamental importância para o funcionamento da economia Atlântica durante o século XVIII.

Anexo

Quadro 2 – Ingleses presentes em Lisboa com negócios no Rio de Janeiro durante século XVIII

Negociante	Sócio(s)	Escritura*	Agências, negócios	Volume (contos)
1.Ambrozio Goddard	Jackson Branfill	3 procurações 1 venda bergatim	Embarcações e empréstimos	10,6
2.André Morrogh	Connolly	2 procurações 5 fretamentos	Fretamentos, carregamento para RJ	N.I.
3.Auriol Dodd	Bonifaz e Carlos Dodd	7 procurações (Angola) 1 escrito de dívida	Empréstimos	0,9
4.Benjamim Whiting	Thomas Whiting	5 procurações	Empréstimos	0,3
5.Carlos Smith	João Wrigley	3 procurações	Fazendas	0,7
6. Clerk & Hunter		1 procuração	Diversas agências	N.I.
7. Cornell & Hornes		1 procuração (Lagos)	Cobrar dívidas	0,2
8. Cristovão Hake		1 procuração 1 venda corveta	Embarcações e fazendas	N.I.
9. Daniel Hoissard		3 procurações	Empréstimo	N.I.
10. Diogo Grotte		1 procuração	Diversas agências	N.I.
11.Duarte Burn	John Mayne	5 procurações 3 vendas 4 escritos de dívida	Cobrar dívidas, embarcações, empréstimos, fazendas	15,0
12. Duarte French		1 procuração	Cobrar dívida	1,2
13. Elias Perochon		4 procurações	Cobrar dívidas antigas, embarcações,	43

		1 obrigação 1 fretamento 10 escritos de dívida	fazendas e empréstimos	
14. Francisco Arbouin	Foley	3 procurações (LONDRES)	Diversas agências	N.I.
15. Francisco Morgan		2 procurações	Empréstimos	1,6
16. Gerard Devisme	David Purry e Mellish	2 procurações 2 escritos de dívida	Cobrar dívidas	58,5
17. Guilherme Armitage		3 procurações	Empréstimos	N.I.
18. Guilherme Stephers	Stert, Clarche	2 procurações	Cobrar dívida	1,7
19. Henrique Casamayor		1 procuração	Cobrar dívida	N.I.
20. João Ayres		1 procuração 1 fretamento	Cobrar dívida e fretamento	N.I.
21. João Crawford		2 procurações (Lisboa)	Negócios na casa da Índia	1.920 £
22. João Daniel de Bruyn	Jautard	1 procuração	Diversas agências	N.I.
23. João Legay		1 procuração	Diversas agências	N.I.
24. João Stubs		1 procuração	Diversas agências	N.I.
25. Jorge Thomas Bulkeley		2 procurações	Cobrar dívida	1,6
26. Leonardo Darell		1 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
27. Luis Arnaldo Majendie		4 procurações (Espanha) 2 escritos de dívida	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	0,2
28. Matheus Carret		3 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
29. Pedro Garnault	Pedro Garnault Júnior e João Garnault	2 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.

30. Pedro Lucas	Guilherme Lucas e Pedro Lucas Filho	5 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
31. Raimundo Burrel	Thomas Dea	5 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
32. Roberto Pasley	João Pasley	2 procurações	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	6,7
33. Samuel Ayslabie		1 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
34. Samuel Montaigut		1 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
35. Tempest Milner		1 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
36. Teotonio Goodall		2 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	1,1
37. Thomas Horne		1 procuração	Cobrar dívidas e realizar diversas agências	N.I.
38. Thomas Lenon		1 procuração 1 venda	Cobrar dívidas e embarcações	N.I.
39. Thomas Parr	João Bulkeley João Ayres	1 procuração 1 sociedade	Cobrar dívidas e sociedade	N.I.

Fonte: Cartório do distribuidor e diversos cartórios de Lisboa, ANTT. N.I.: não identificado. *Todas para o RJ ou indicada ao contrário.